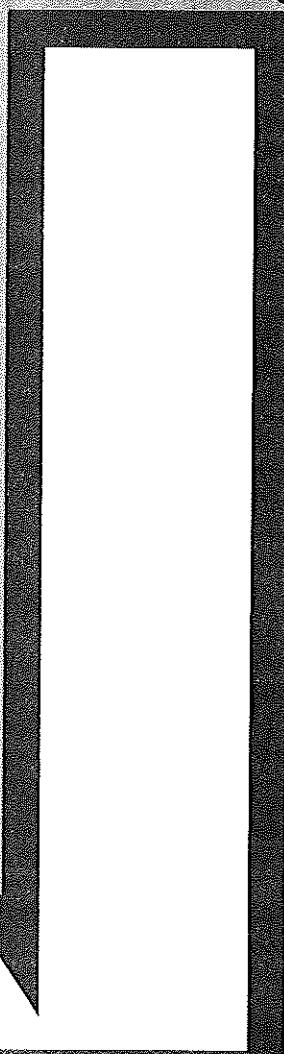


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - Nº 178

TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Ermandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Aruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	--	---

<p>EXPEDIENTE</p> <p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 154^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1996	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Ofício de Ministro de Estado	
Nº 94/96, de 17 do corrente, do Ministro da Educação e do Desporto, referente ao Requerimento nº 738, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade.....	16352
1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 374/96, de 17 do corrente, do Ministro dos Transportes, em aditamento ao Aviso nº 260/GM/MT, de 18 de julho último, com a complementação das informações relativas aos recursos destinados ao Ministério dos Transportes, por meio da Lei nº 9.121, de 30 de outubro de 1995, do Decreto de 1º de novembro de 1995, referente ao Requerimento nº 466, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade.....	16352
Nº 819/96, de 17 do corrente, do Ministro da Fazenda, em aditamento ao Aviso nº 741/MF, de 20.08.96, com as informações complementares aos itens 1, 2, 3, 4, 8 e 10, do Requerimento nº 664, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy	16352
1.2.3 – Comunicações da Presidência	
Recebimento do Ofício nº S/85, de 1996 (nº 2.837/96, na origem), de 19 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para concessão de garantia a ser prestada à União, na forma do Protocolo de Intenções firmado com o Banco do Brasil S.A., objetivando a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses no valor de quatro milhões e quinhentos mil reais, ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para financiamento de programas de geração de emprego e renda no segmento informal da economia.....	16352
Recebimento do Ofício nº S/86, de 1996 (nº 2.838/96, na origem), de 19 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Pernambuco para a elevação temporária do limite previsto no art. 4º, inciso II, da Resolução nº 69, de 1995, de forma a permitir que aquele Estado possa realizar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos, no valor de duzentos e cinquenta mil, cento e seis reais e oitenta e quatro centavos, cujos recursos serão destinados ao desenvolvimento do Projeto Construção das Ortofotocartas dos Municípios Litorâneos de Pernambuco.....	16352
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR LAURO CAMPOS – Limitações do Sr. Gustavo Franco, Diretor do Banco Central do Brasil, reveladas através de suas opiniões em entrevista concedida à revista <i>Veja</i> desta semana. Manipulação da matemática e da estatística para argumentação econômica. Automação das grandes Indústrias <i>versus</i> desemprego.....	16352
SENADOR OSMAR DIAS – Crise profunda que assola as cooperativas agrícolas de País, em especial do Paraná. Abandono da agricultura pelo governo federal.....	16358
1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR VALMIR CAMPELO – Congratulando-se com o Ministro da Agricultura, Sr. Arlindo Porto, pela sugestão de maior relevância, apresentada por S.Exº ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, propondo a Isenção do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF na comercialização de produtos agrícolas.....	16363
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 144 ^a Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 1996, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	16364
3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.120 a 1.123, de 1996	16364
4 – MESA DIRETORA	
5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 154^a Sessão Não Deliberativa em 23 de Setembro de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Osmar Dias e Lauro Campos
(Inicia-se a sessão às 14h30min)*

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Lauro Campos.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 94/96, de 17 de setembro de 1996, do Ministro da Educação e do Desporto, referente ao Requerimento nº 738, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade.

As informações foram remetidas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 374/96, de 17 de setembro de 1996, do Ministro dos Transportes, em aditamento ao Aviso nº 260/GM/MT, de 18 de julho último, com a complementação das informações relativas aos recursos destinados ao Ministério dos Transportes, por meio da Lei nº 9.121, de 30 de outubro de 1995, do Decreto de 1º de novembro de 1995, referente ao Requerimento nº 466, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade.

As informações complementares foram remetidas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Nº 819/96, de 17 de setembro de 1996, do Ministro da Fazenda, em aditamento ao Aviso nº 741/MF, de 20-8-96, com as informações complementares aos itens 1, 2, 3, 4, 8 e 10, do Requerimento nº 664, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações complementares encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – A Presidência recebeu manifestações do Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, referente aos seguintes Ofícios:

- nº S/85, de 1996 (nº 2.837/96 na origem), de 19 do corrente, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando concessão de garantia a ser prestada à União na forma do protocolo de intenções firmado com o Banco do Brasil S.A., objetivando a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante repasses no valor de quatro milhões e quinhentos mil reais, ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul para financiamento de programas de geração de emprego e renda no segmento informal da economia; e

- nº S/86, de 1996 (nº 2.838/96 na origem), de 19 do corrente, do Governo do Estado de Pernambuco, solicitando elevação temporária do limite previsto do art. 4º, II, da Resolução nº 69, 1995, de forma a permitir que aquele Estado possa realizar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos no valor de duzentos e cinqüenta mil, cento e seis reais e oitenta e quatro centavos, cujos recursos serão destinados ao desenvolvimento do Projeto Construção das Ortofotocartas dos Municípios Litorâneos de Pernambuco.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Joseph Alois Schumpeter, um dos maiores economistas deste sé-

culo, não era apenas economista. Ele foi também um grande advogado, e tinha um conhecimento praticamente enciclopédico, como prova em um dos seus livros em três volumes, *História da Análise Econômica*.

Então, dizia, com razão, que economista que é apenas economista é um mau economista. E o Brasil anda cheio, repleto, de economistas que são apenas economistas e, portanto, que sucedem com muito mais inconsciência e com muito mais limite em sua *Weltanschauung*, em sua visão do mundo, do que aqueles velhos bacharéis que dominaram a nossa história. Economista, depois de muitos anos percebi, não passam de bacharéis, aos quais se somam a perigosa Matemática e a esperta Estatística.

Temos, pois, a cada dia, medidas tomadas por equipes que, devido à irresponsabilidade do coletivo, vão compor esse quadro em que o genocídio da sociedade brasileira e de grande parte do mundo periférico constitui um triste resultado.

Agora, com toda a sua ignorância, o Diretor do Banco Central, Sr. Gustavo Franco, continua a mostrar que é apenas economista. O que S. S^a. declara, em entrevista à Revista *Veja* desta semana, a respeito da abertura é realmente um atestado da mais profunda ignorância em matéria de história econômica. Para S. S^a., os males do Brasil advêm dos últimos 50 anos, quando o Brasil se fechou.

Pois bem, em 1808 o Brasil abriu seus portos para as nações amigas, reduzindo as alíquotas de importação. Portugal, que ainda dominava o Brasil com mais clareza do que veio a fazer depois da Independência, estabeleceu um imposto para suas próprias mercadorias, 1% acima do imposto que pagavam as mercadorias inglesas para entrar no Brasil.

Todo mundo sabe, desde o primário, que foi levada a efeito a abertura do Brasil naquela ocasião. Não sei se foi Brizola, se foi o PT, se foram os comunistas, que um dia fecharam este País, escancarando a qualquer dominação externa. Sempre foi e sempre esteve. Nos anos 50, quando o capital cêntrico penetrou no Brasil, criaram-se tantos estímulos, tantos incentivos, tantos benefícios ao capital estrangeiro que, como dizia eu naquela ocasião, esse capital já estava com a passagem comprada. Não somos nós que vamos atraí-lo, reduzindo salários, criando câmbio favorecedor ao capital estrangeiro, doando terrenos e criando isenções tributárias, como se repete hoje e sempre se repetiu em nossa História dominada.

De modo que, como sempre ocorreu no Brasil, o capital estrangeiro nos domina, nos explora, nos

subjuga, como diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e cria aqui o antiestado nacional dentro da Nação. O antiestado nacional ao qual pertencem os economistas que são apenas economistas, que não têm uma perspectiva histórica, que não têm leituras a respeito de outros ramos das ciências sociais.

Entre outros despautérios, afirma S. S^a. que o Japão e os tigres asiáticos sempre foram abertos aos capitais externos e a isso devem sua grande prosperidade. Completo equívoco. Pelas ameaças que os Estados Unidos fizeram sobre o Japão e a dominação Inglesa, com as duas Guerras do Ópio que dissolveram a China, perceberam os japoneses que contra veneno de cobra só veneno de cobra.

Em 1865, o Comodoro Matthew Perry, num dia santificado no Japão, chegou com sua esquadra americana e, em nome da democracia, do liberalismo e do "Tio Sam", da amizade internacional e da proteção à democracia, despejou seus canhões sobre o Japão. Então, cinco senhores feudais, cinco daimios, se reuniram e fizeram – foram os senhores feudais que fizeram – a reforma agrária no Japão. Enquanto os nossos senhores de terra aqui têm verdadeiro pavor da reforma agrária, armam-se, criam jagunços numa época e criam as suas polícias particulares, como aconteceu no início dos anos 60 e agora se repete.

Enquanto isso, passa a ser chique falar em reforma agrária. Mas quando chega a hora do "pegar prá capar" acontece como aconteceu no Brasil em 1963: a "Marcha do Terço", em que as mulheres, empunhando o terço, fizeram a marcha reacionária contra a reforma agrária e contra qualquer modificação em nossa estrutura.

No Japão foram os donos da terra que iniciaram a reforma agrária. E, hoje, naquele país, o módulo fundiário tem em média 8.000 m² apenas. E lá a última reforma agrária foi feita pelos Estados Unidos, em 1946. O Comando dos Aliados, norte-americanos principalmente, que dominou o Japão, fez a última reforma agrária japonesa, não para distribuir terra, porque já estava muito bem distribuída, mas para reduzir os 25% de trabalhadores assalariados que havia na agricultura. Para o modelo, a tradição e a cultura norte-americanos, 25% de assalariados na agricultura é demais, porque nos Estados Unidos ela é baseada, essencialmente, no trabalho familiar.

Pois bem, então sabemos muito bem que o Japão se fechou. A sua reforma bancária de 1874 fez com que algumas relações antigas pudessem ser quebradas. Entre outras coisas, os samurais, que recebiam a sua renda dos daimios, passaram a rece-

ber do Governo, do Estado, restaurado naquela ocasião. E, com a inflação que veio em seguida, as ações do Governo se desvalorizaram e os samurais tiveram que trabalhar, não puderam mais viver às custas do rendimento dessas ações do Governo.

Diz o Presidente da Radiobrás que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é um *meiji*, um iluminado, e que ele vai tornar disponível todo o aparato da Radiobrás para a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. "É a luz que vem dele – diz o Presidente da Radiobrás – que deve me guiar."

Lá, no Japão, foi o Imperador *Meiji*, o iluminado, que serviu de centro, de eixo para as reformas, quando quiseram constituir o capitalismo japonês.

Pois bem, para encurtar essa conversa, vamos passar diretamente para um fato muito interessante. Sabemos muito bem que o carro é um produto nascido na França. Mas ao imigrar para os Estados Unidos a produção de carro recebeu um impulso fantástico. E como o carro sempre teve e hoje tem dez mil peças, aproximadamente, e tinha muitas peças desde sua origem, ele era o objeto ideal para a linha de montagem.

Henry Ford não inventou a linha de montagem, ao contrário do que se pensa. Ford diz que foi ele o inventor da linha de montagem, ao observar na fazenda de sua tia – aquela que deu a ele US\$3.000 para começar sua indústria – como eram desmanchados os porcos pendurados a um cabo. Os porcos eram destrinchados passando de um destrinchador para outro até que, ao fim, nada mais restava do animal. Ele, então, pensou no movimento oposto, nas partes do porco sendo remontadas até compor um porco, o produto final, daí, então, teria surgido a linha de montagem.

A história da técnica é muito mais sutil do que parece. Henry Ford pode ter pensado que inventou a linha de montagem, quando, na verdade, ela é um processo histórico secular de formação. No século passado, antes do Sr. Henry Ford visitar sua tia, alguns observadores e estudiosos já haviam conseguido descrever a linha de montagem.

Marx chamou a grande indústria de autômato gigante. Ele via a máquina total da grande indústria como um autômato. A palavra robô não existia, mas existia autômato, e essa foi a palavra que ele empregou. Robô é uma palavra checa que só começou a circular em 1920, *robota*, trabalho.

Marx viu o processo de transformação, de junção do artesanato à manufatura e a transformação da manufatura em uma grande indústria, em que a linha de transmissão era acionada e distribuída o mo-

vimento pelas diversas partes, pelas diversas seções, que eram artesanatos modificados, e tudo gravitando em torno do grande autômato.

E Ford, com seu centralismo, com seu despotismo, com seu autoritarismo característico de alguns capitães de indústria, principalmente norte-americanos, tinha como seus assessores principais, de acordo com Kenneth Galbraith, um ex-presidiário e um ex-pugilista. Ele centralizou o comando da sua indústria e dividiu o trabalho em partes cada vez mais limitadas, criando trabalhadores homogêneos, que só faziam poucos movimentos. Não era preciso mais treinamento e adestramento de grande parte dos trabalhadores. O comando partia de cima, e os gerentes e supervisores constituíam uma classe distinta, bem remunerada, muito diferenciada da classe dos "homens do macacão".

A máquina é cultural, histórica. Essa linha de montagem norte-americana objetiva o espírito de Henry Ford: o despotismo da sociedade norte-americana, a diferença entre a elite e o resto.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o Sr. Tayoda – *Tayoda* significa arrozal grande e fértil – e o Sr. Taiichi Ohno visitaram por cinco vezes a indústria Ford nos Estados Unidos. A indústria Toyota constituiu o resultado dessas visitas, que emprestaram uma nova concepção à grande indústria. No momento em que a indústria Toyoda, logo em seguida Toyota, passava por uma crise muito grande, Taiichi Ohno imprimiu uma outra organização à linha de montagem.

A linha de montagem da Toyota tem profundas diferenças em relação à da Ford americana. Nela não há direção, comando, gerenciamento ou fiscalização, nem há inspetores; todos se autocomandam. Ao contrário da equipe capitalista, centralizada, lá há um trabalhador coletivo, com espírito completamente diferente daquele que animava os trabalhadores parciais, limitados, emburrados – como já dizia Adam Smith – pela máquina do Sr. Ford.

Pois bem, o que fez Taiichi Ohno? A primeira coisa foi aposentar o velho Toyoda.

A indústria encontrava-se em crise. Então, em 1946, o governo japonês, pressionado pelos norte-americanos, fortaleceu os direitos dos sindicatos, abrangendo inclusive a administração das empresas, impondo a seguir severas restrições ao poder dos donos das empresas de demitir trabalhadores, que passaram a ser vitalícios, ao contrário dos nossos funcionários públicos que perdem a vitaliciedade nesta falsa modernidade, que é a inversão das coisas, um absurdo total. Pegaram a expressão "enxu-

gamento", que tem um significado totalmente diferente na cultura e no contexto japoneses, para virem aqui fazer essa devastação, esse genocídio.

Ao invés dos **big shots**, dos grandes chefes, Taiichi Ohno disse: "Quem agrupa valor são os trabalhadores que estão lá na máquina. Eles é que agregam o valor". Portanto, eles passaram a participar da direção, da gestão e do lucro da Toyota. A partir daí, entre outras coisas, verificou-se que todos os trabalhadores-sócios, acionistas da Toyota, participando dos lucros e das ações, passaram a ter um outro interesse, não precisando mais de fiscais, de engenheiros de produção; eles tinham interesse em produzir mais e cada vez melhor.

Lá, no comando do Sr. Ford, só o gerente podia parar a linha de montagem. Então, se houvesse um defeito em uma parte do automóvel, esse não era detectado, porque nenhum trabalhador tinha outro interesse senão o de fazer a sua parte, ou seja, em colocar a sua pecinha, em apertar o seu parafuso. O resto não era com ele. Então, nesse caso, cerca de 25% da área da indústria estava dedicada a consertos dos carros que saíram com defeitos, os quais se repetiam em milhares de carros até serem detectados, quando eram detectados.

Agora mesmo, por exemplo, a diretoria de uma fábrica está anunciando que irá trocar os carros já vendidos, que saíram com defeito de seus pátios – e já são milhares os carros que estão por aí rodando com defeito.

A partir do sistema Ohno isso praticamente não ocorreu. Qualquer trabalhador podia parar a linha de montagem na hora em que percebesse um defeito. No princípio, a todo momento, parava-se a linha de montagem porque o trabalhador havia detectado um erro qualquer – não dele, mas um erro anterior. Todos os trabalhadores iam para lá com o objetivo de conhecer aquele defeito e encontrar a sua causa para corrigi-lo. Depois de um certo tempo, já não havia praticamente paralisação, os defeitos haviam sido corrigidos, e o sistema passou a funcionar muito melhor do que o sistema do Sr. Ford.

O Toyoda, que foi arquivado, declarou-se responsável pela crise da empresa e foi substituído por esse trabalhador coletivo. Essa nova fórmula mostra que a técnica não é neutra: a mesma linha de montagem, nos Estados Unidos, tem um significado, e, no Japão, passou a ter outro, graças à inteligência, à penetração do Taiichi Ohno.

Para resumirmos: quando a linha de montagem penetra no Brasil, ela mostra toda a sua prepotência, todo o seu caráter discricionário e autoritário num

país que praticamente não tinha experiência industrial, nem sindicato e cujos trabalhadores não tiveram poder para se proteger contra a invasão desse capital mecânico, explorador e desalmado.

O que aconteceu no Japão – essa proteção, essas conquistas dos trabalhadores – era impossível no Brasil, na Argentina ou no México. Aqui, ao contrário de lá, os salários foram rebaixados, como propõe, ainda hoje, o Diretor do Banco Central, esta cabeça empenachada, ousada, atrevida, como soem ser os pouco ou mal alfabetizados.

A Ignorância é empenachada, atrevida, e é por isso que Nietzsche dizia que, até no máximo 30 anos, inventamos e descobrimos coisas porque não temos aquela formação e o respeito que a cultura e o conhecimento nos dão, isto é, de que as coisas já existem ou que existem de forma diferente. A cultura é inibidora.

Dizia Nietzsche que os partidos políticos costumam atrelar na frente dos seus corcéis um burro célebre. Apanham um burro, fantasiam-no de gênio e entregam o país a esses despropósitos feitos por essa cabeça malformada e muito pouco informada.

O Japão sempre foi protecionista. Sempre. E continua sendo. O que permite a um país industrial desenvolver a sua tecnologia, receber inovações tecnológicas e a lutar por elas. Não é o baixo salário, não é o salário aviltado. Se se paga R\$112,00 a um ser humano, por que vou comprar uma máquina caríssima, importar uma tecnologia nova para reduzir em R\$112,00 a minha folha de pagamento? Ou se forem 50 trabalhadores, teremos 50 vezes R\$112,00, uma ninharia qualquer, e eu vou ter que gastar milhões para comprar a nova tecnologia e tornar a minha máquina obsoleta antes do tempo, sucateando-se um setor industrial que passou a ser obsoleto, tendo em vista uma nova atividade tecnológica. Como, no Japão, o processo de afirmação dos sindicatos e suas reivindicações não foram obstados pela presença dos norte-americanos, houve um interesse muito grande nas inovações tecnológicas sucessivas em inventar máquinas mais eficientes para dispensar o trabalhador caro. O processo de inovação tecnológica desencadela-se aumentando-se o salário, não o reduzindo.

Sr. Gustavo Franco, isso não ocorre nem aqui nem no Nordeste. Esse negócio de justificar o baixo salário nesta região como forma de atração de capital não é moderno. Está escrito na página 47 do livro *Perspectivas do Desenvolvimento Econômico*, de Celso Furtado, edição de 1957. Logo Celso Furtado, que acham que é socialista, comunista, propôs a re-

dução dos salários, que ele chama de "monetários", dos trabalhadores nordestinos, para atrair capital para aquela região. Essa atitude não é moderna. Pior ainda, é tão antiga quanto errada e absurda, como o Japão e outros países inteligentes provaram em sua história.

No Brasil, os empresários deitaram no travesseiro e mamaram nas tetas do Governo durante muito tempo, de um lado, e, de outro, tiraram sangue dos trabalhadores, pagando muito pouco. Os capitalistas brasileiros não tinham por que trabalhar, não tinham por que inovar, não tinham por que arriscar, introduzindo novas técnicas. Então, é evidente que, dentro desse contexto, não houve por que fazer-se grandes inovações tecnológicas, e dormiu-se, durante muito tempo, na santa paz do nada.

O Sr. Gustavo Franco, queria, lutou por isso e torna a repetir hoje que R\$0,30 valessem US\$1; depois ele esperneou para que R\$0,50 fossem equivalentes a US\$1; quando foi obrigado a aceitar R\$0,89 por cada dólar. Se não me falha a memória, ele disse que aquilo era perturbador do Plano. Ele queria R\$0,30, para importarmos tudo a preço de banana e, disse na sua entrevista, que isso provoca a distribuição de renda. Ora, isso é o maior absurdo! Quem importa carro, televisão em cores, computador? Quem usa perfume francês e gravatas Hermès? Quem consome chocolates? São os trabalhadores que compram isso barato? Eles nunca passaram nem perto disso. São como esses economistas que nunca foram a uma indústria.

Em 1776, Adam Smith visitou uma indústria de alfinetes, e todos os economistas se referem à indústria de alfinetes que o economista Adam Smith visitou. Parece que foi o primeiro e último economista a entrar numa indústria. Eles ficam nos gabinetes com ar refrigerado, distantes do suor.

Temos essa abertura fantástica, e agora vem o Sr. Antonio Kandir para retirar também o imposto de importação sobre máquinas e equipamentos. Isso é a modernização; temos de importar barato máquinas e equipamentos. E o parque industrial brasileiro? Entre junho e julho, houve uma queda de 15% nesse setor de base, que produz máquinas no Brasil. Agora, com essa abertura, é óbvio que haverá um aprofundamento do sucateamento, porque também essas indústrias que produzem máquinas não poderão concorrer com as máquinas importadas.

Diante dessa invasão de mercadorias subsidiadas, os empresários brasileiros acordaram – quase todos acordaram para falar; acordaram assustados e faliram em seguida; entraram no vermelho, na in-

dimplência e na falência: 1.350 falências em um mês, só no ABC neste ano. Em um mês!

Diz ele que os trabalhadores dispensados num setor estão-se engajando noutro setor. Não é verdade que isso esteja acontecendo. Talvez seja uma verdade estatística. No Japão, que é um país sério, diz Jeremy Rifkin, no seu livro *O Fim dos Empregos*, que a diferença entre o desemprego real e o desemprego estatístico é de 300%. Por exemplo: se nas estatísticas do Japão se constata uma taxa de desemprego de 5%, na realidade o desemprego real é de 15%.

De modo que, nessa irrealidade estatística, nessas mentiras do IBGE, nesses truques, o que medimos não é a realidade, mas conceitos. Então, pode-se arranjar que esses conceitos sejam medidos como se quiser. Pode-se resolver, por exemplo, que a taxa de mortalidade corresponde apenas às crianças que, nascidas vivas, morrem no primeiro mês, ao invés de ser no primeiro ano. Nesse caso, é evidente que a taxa de mortalidade diminuiria bastante, mas as pessoas continuam a morrer como morriam antes.

Quando essa máquina, essa linha de montagem fordista, taylorista, fayolista entrou no Brasil, tivemos que reduzir o salário, acabar com os direitos sindicais em 1964, aumentar as nossas relações de exclusão, retirar recursos da saúde, da educação, das penitenciárias, do social, para a formação de um mercado que pudesse comprar esses carros e produtos caros transplantados para o Brasil.

No Japão, não houve esse massacre, porque os 20% mais pobres ganham apenas quatro vezes menos do que os 20% mais ricos. No Brasil, entretanto, os mais ricos são 38 vezes mais vez aquinhoados do que os 20% mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Lauro Campos, V. Ex^a ultrapassou em 23 minutos o seu tempo.

Estou ouvindo com atenção, mas quero ouvir uma parte do seu pronunciamento amanhã, uma vez que V. Ex^a está inscrito.

Peço a sua conclusão.

O SR. LAURO CAMPOS – Agradeço muito a generosidade de V. Ex^a, Sr. Presidente. Estava na tranqüilidade desta segunda-feira, talvez me reencarnado na figura de professor que fui quando falava três horas seguidas na sala de aula.

Para a felicidade dos Srs. Senadores sou limitado a dez minutos do nosso horário e algumas vezes aos vinte minutos. Hoje V. Ex^a teve a gentileza de me conceder o tempo quase que de uma hora.

Para concluir: a máquina começa por ser antropomórfica. A máquina tem mão, tem memória, tem uma linha de transmissão, tem um motor como se fosse um coração. A máquina é antropomórfica, ou seja, tem a forma do homem. É por isso que pode expulsar os homens e substituí-los, pois tem a forma do homem em metal. Mas ela também é sociomórfica.

A sociedade japonesa produz uma máquina em uma linha de montagem diferente da sociedade americana. No Brasil também houve mudanças para pior. A máquina se tornou mais perversa do que era nos Estados Unidos, mais despótica, mais autoritária, com maior capacidade de exclusão dos trabalhadores.

A Ford dobrou os salários em 1914; no Brasil, o ano de pico do salário mínimo foi em 1959. A partir daí, queda permanente. E os trabalhadores, com seus salários reduzidos, foram excluídos do acesso ao produto nacional, a fim de que uma classe média se constituísse para comprar os produtos voltados para a elite: os carros e toda essa modernidade.

Mas são 50 milhões de carros produzidos no mundo hoje. Os Estados Unidos só têm petróleo para ser consumido nos próximos quatro anos, se não tomarem conta do Iraque, do Irã ou de outros países produtores de petróleo.

Cinquenta milhões de carros por ano jamais irão satisfazer a humanidade, somos seis bilhões de seres humanos. Se o carro não envelhecesse, precisaríamos de 120 anos de produção. Mas, obviamente, os carros envelhecem e não há a menor possibilidade de que, por exemplo, a China venha a ter uma relação razoável carro/habitante.

Diz Paul Kennedy, em seu último livro sobre o Século XXI, que estudos feitos sobre as geladeiras na China demonstram que se cada casa chinesa tivesse uma geladeira, a camada de ozônio seria arrombada e tornaria a vida humana impossível.

De modo que para aqueles que não respeitam os limites da sociedade a esses produtos elitistas, nobres, produtos nobres para uma nobreza, numa sociedade realmente socialista, não se pode produzir produtos nobres, produtos elitistas, produtos individualistas, para uma sociedade que ultrapassa, que quer ultrapassar o egoísmo e o individualismo.

Portanto, quando para o contexto da antiga União Soviética foram transplantados esses produtos capitalistas, esse mercado capitalista, o socialismo acabou. É impossível uma sociedade ser homogênea ou tender para isto e os produtos serem equanimemente distribuídos, a renda nacional ser

bem distribuída, e esta sociedade produzir os produtos elitistas, excludentes, incompatíveis com a organização e a vida, numa sociedade realmente socialista. De modo que mais uma vez se vê como a tecnologia é sociomórfica, assume a forma da sociedade e influí sobre essa forma, impedindo muitas vezes o seu avanço.

Acho que, infelizmente, a tecnologia bélica, a tecnologia espacial, a tecnologia voltada para a elite realmente são altamente lucrativas e por isso se desenvolvem muito. O capitalismo acendeu o fósforo do lucro nessa pólvora dessas mercadorias explosivas. Então, é óbvio que estamos aí nesta situação em que 830 milhões de seres humanos foram desempregados por esta tecnologia capitalista, e não há possibilidade de uma solução.

O péssimo capitalismo keynesiano reabsorvia mão-de-obra desempregada e sempre fez isso. E Keynes dizia que só a guerra resolve. Falou seis vezes isso: "Só a guerra resolve; só a guerra permite que o Governo faça os grandes gastos e abra as oportunidades de emprego que eram necessárias para reabsorver a mão-de-obra desempregada".

Hitler viu isso na Alemanha, e Roosevelt disse: "O que estou fazendo aqui é a mesma coisa que Hitler está fazendo na Alemanha". Hitler perdeu a guerra, mas não perdeu a paz. As estruturas, de acordo com Roosevelt, parecem muito uma com a outra: a despótica, a autoritária.

Pois bem, agora, a solução keynesiana, o Governo empregador failu. Então, os capitalistas têm que retirar o lucro apenas dos trabalhadores, porque não há mais a teta do Governo, por isso tem que intensificar. E aí mudam os conceitos das palavras. Pegam essas palavras modernas, "enxugamento", que no Japão significa isso que acabei de falar, e vêm aqui usar a palavra "enxugamento" como demissão em massa de trabalhadores. **downsizing** reengenharia, o inventor da reengenharia já pediu desculpas pelo mal que ele sabe que produziu ao mundo.

De modo que eu gostaria que nossa consciência fosse capaz de entender o significado do significado das palavras e dos conceitos, a fim de que o Brasil não continuasse a comer gato por lebre e aplicar aqui sobre nós o conteúdo mais maléfico, os aspectos mais negativos das modernas e ilimitadas soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Senador Lauro Campos, peço a V. Ex^a que assuma a Presidência, porque vou usar da palavra.

O Sr. Osmar Dias deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Continua a lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Sras Senadores, o Senador Lauro Campos dialogou com o Diretor do Banco Central, Gustavo Franco. Serei um pouco mais ousado e dialogarei com o Presidente da República.

Como não tenho tido a oportunidade, ultimamente, de conversar pessoalmente com o Presidente da República, talvez pelo fato de eu não estar filiado a nenhum Partido, embora isso não justifique porque represento um Estado importante do País, o Paraná, e tendo em vista que os direitos de todos os Senadores devem ser respeitados como direitos iguais nesta Casa – não há aqui ninguém que seja mais Senador do que outro –, gostaria de falar com o Presidente da República desta tribuna.

Interrompi, Sr. Presidente, a campanha eleitoral, da qual todos os Senadores estão participando, por um dever de consciência. Nos contatos e nas reuniões de que participei no interior do Paraná e no Mato Grosso do Sul, onde estive nesse final de semana, fiquei perplexo com a situação dos trabalhadores, empresários e agricultores.

Não entendi por que cooperativas que outrora foram sustentáculos do desenvolvimento econômico e social do Estado, gerando renda, gerando empregos para milhares de trabalhadores e suportando o crescimento da agricultura do Estado do Paraná e de tantos Estados brasileiros, hoje se encontram em crise profunda de endividamento, de insolvência em alguns casos, de desalento, de desesperança. Encontrei agricultores tão desanimados, embora os preços de alguns produtos estejam acima da média dos últimos dez anos, e por que as coisas estão tão difíceis para aqueles trabalhadores volantes, os chamados bôias-frias, que no Paraná servem aos proprietários de grandes fazendas, de grandes usinas de açúcar, não estão encontrando agora emprego e, portanto, não estão tendo um meio de sobrevivência.

Lemos nos jornais e assistimos pela televisão ao Governo dizendo que a situação do País melhorou e melhorou muito, e o Ministro Malan, numa referência aos agricultores brasileiros, se não me engano na **Gazeta Mercantil** de uma semana atrás, afirmou: "O que mais os agricultores brasileiros que-

rem? Já fizemos tudo por eles. Já securitizamos suas dívidas e já lhes demos crédito para plantar. O que mais eles querem? Inclusive, já desoneramos as exportações".

Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, sei que a preocupação de Vossa Excelência está voltada para o quadro eleitoral, para os seus companheiros que estão em campanha, em especial no Estado de São Paulo. Mas, Sr. Presidente, Vossa Excelência poderia se preocupar um pouco menos com a emenda da reeleição, com a disputa de seus companheiros e olhar para o quadro que está se formando e que pode se transformar numa situação irreversível, caso o Governo não tenha uma visão sistemática sobre o setor produtivo.

Não adianta falarmos que as ações sociais ocorrem com o fim da inflação e com a estabilidade da moeda. É certo que o maior imposto que se coloca sobre as cabeças dos trabalhadores e empresários é a inflação, mas de que isso adianta se o trabalhador não tiver emprego, e se o agricultor não tiver dinheiro e crédito para plantar? Sr. Presidente, isso de nada adianta.

Lembrei-me de alguns pronunciamentos que fiz nesta Casa e de alguns relatórios importantes de órgãos que estudam as tendências de mercado, a geração de empregos e a evolução de países no setor primário, no setor da indústria e no setor de serviços e de geração de empregos. Eles também estão preocupados com o Brasil, diferentemente dos Ministros que estão saindo de Brasília só agora, durante a campanha eleitoral, e, por isso mesmo, não têm tido tempo de verificar o que está acontecendo com a pequena e a média empresa, com a pequena e a média propriedade, com as cooperativas e com o setor produtivo nacional que, revoltado, assiste à injecção de somas e mais somas de recursos no sistema financeiro, sob o pretexto de que, se os bancos quebrarem, teremos o caos no Plano de Estabilização da moeda.

Não vou discutir se fazem mais mal à estabilização da moeda os R\$13 bilhões que já foram injetados ou os R\$22 bilhões que, com certeza, serão colocados para salvar bancos. Não vou discutir se eles fazem mais mal à estabilidade da moeda do que se esses bancos quebrarem. Tenho minha convicção e respeito a do Senhor Presidente da República e a dos seus Ministros.

Entretanto, é impossível não chegarmos a uma só conclusão: de que os bancos estão quebrando, porque, antes de quebrarem, quebraram-se os seus depositantes. Não ocorreu de um banco quebrar, e

os seus depositantes continuarem com o seu patrimônio intacto. Não. Primeiro quebraram os seus depositantes, depois, os bancos. Isso é claro.

Pois se há essa disposição, essa verdadeira vocação para se salvarem os banqueiros ou os bancos, por que não se desloca essa mesma vocação, essa mesma determinação, essa mesma garra e essa mesma pressa para se criar, neste País, um programa de apoio ao emprego, por intermédio do apoio à agricultura e à agroindústria, que são nossas vocações? Não podemos ficar apenas sonhando com atrair indústrias de automóveis para nosso País.

Senador Lauro Campos, V. Ex^a demonstrou aqui, em seu pronunciamento, e em suas aulas certamente, que entende muito mais do que eu sobre essa inversão de valores que está ocorrendo. Lá no Paraná, fizeram festa, tomaram champanhe francesa e soltaram rojão porque a Renault anunciou a instalação de uma fábrica em São José dos Pinhais, perto de Curitiba, tendo o Governo, no momento em que prega a privatização dos serviços públicos e das empresas estatais, colocado US\$500 milhões para atrair essa empresa; tirando o dinheiro, com certeza, dos setores produtivos do Paraná; para gerar – lá, talvez sim, porque a automatização estará presente – cerca de dois mil empregos. No Paraná, isso virou motivo para propaganda na televisão durante meses e mais meses; aplicaram dinheiro público para fazer essa propaganda, inclusive, no mesmo instante, em que a indústria de tratores que atraímos no tempo em que era Secretário da Indústria do Paraná, que tinha três mil empregos na Ford-New Holland, demitia, nos últimos dois anos, em plena vigência do Plano Real, dois mil trabalhadores. Não vi o Governo tomar nenhuma iniciativa, adotar nenhuma atitude para impedir que aqueles trabalhadores deixassem a indústria de tratores. Se eles estavam sendo demitidos, é porque a indústria não estava vendendo; e, se a indústria não estava vendendo, é porque os agricultores não tinham dinheiro para comprar; e, se os agricultores não têm dinheiro para comprar, Sr. Presidente, af a história fica triste.

Pequenos municípios inteiros pelos quais passei durante esses dias – e não viajo de avião nem de helicóptero; não porque não goste, mas porque não posso -, viajando de carro, vi lojas do comércio fechadas à tarde, trabalhadores sentados na calçada, na rua, aguardando não sei o quê. Trata-se, Sr. Presidente, de trabalhadores e mais trabalhadores desempregados. Aqueles que, antes, tinham o seu emprego garantido na agricultura, agora, pelo desa-

lento da agricultura, estavam ali sentados, aguardando uma oportunidade que não sei se virá. Vi, como já disse, lojas fechadas, e seus proprietários sem dinheiro para repor estoques.

Então, os valores não estão sendo invertidos? Não está a população, de certa forma, sendo burlada nas suas expectativas?

Há uma intensa mídia, produzida por determinados Governos estaduais – e o meu é exemplo disso, sendo campeão em publicidade, pois nunca se gastou tanto nessa área como atualmente, no Estado do Paraná –, para informar uma transformação que não se vê. A única transformação que pode ser vista no Estado do Paraná é a do desemprego, do desalento e dos valores invertidos.

Quando se prega que a fábrica de automóveis gerará 2 mil empregos, praticamente a 15 quilômetros de distância dali, encontramos uma empresa de tratores – vocação do Estado do Paraná – que está arriscada a fechar as suas portas por falta de mercado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na média histórica, o Brasil comercializa de 30 a 40 mil tratores agrícolas e 4 mil colheitadeiras todos os anos. No entanto, até este mês de setembro, foram vendidos para o setor da agricultura 6 mil e 500 tratores e 450 colheitadeiras. Isso significa que uma indústria que emprega 40 mil trabalhadores no País está ociosa, porque um setor está descapitalizado e impossibilitado de comprar. Não são somente os 40 mil empregos dessas indústrias, porque, além deles, há a revenda de peças, enfim, há a diversificação de atividades a partir da fabricação dos tratores da agricultura.

Se entendermos que a agricultura é a fonte não apenas de renda, mas de empregos neste País, porque, no chamado agrobusiness, temos 60% dos empregos ativos em nosso País e 60% do orçamento que compõe o próprio Orçamento da União, verificaremos que o enfoque dado para o desenvolvimento e a modernização deste País, pelo menos sob o meu ponto de vista, está equivocado.

O Brasil não se está integrando, de forma competitiva, no mercado internacional; ao contrário, abre, escancara as suas fronteiras para importações sem critérios, estabelecendo a morte e a condenação de setores fundamentais para a economia brasileira.

Amanhã, Sr. Presidente, haverá uma reunião no Ministério da Indústria e Comércio. Sei que o Ministro da Indústria e Comércio tem-se preocupado bastante com os automóveis, as peças, o setor automotivo, os brinquedos. Mas, Sr. Presidente, o ali-

mento, o setor primário, aquilo que gera emprego não é objeto de preocupação do Sr. Ministro da Indústria e Comércio?

Volto a falar ao Senhor Presidente da República: o Paraná plantava, quando eu era Secretário, 500 mil hectares de algodão, e não há outra cultura, neste País, que gere, anualmente, mais empregos que o algodão. Este ano, o Pará plantará 120 mil hectares, porque ficou bonito falar em importação.

O sinônimo da modernização virou, sim, Senador Lauro Campos, abertura sem critérios. Modernizar significa abrir, escancarar, arregaçar, para que o algodão entre aqui sem alíquota de proteção, desmantelando-se um setor que levou décadas para se estruturar.

Dessa forma, encontra-se a explicação para a crise sem precedentes das cooperativas: ao invés de se apoiar a produção, apóia-se a importação. Não importa que os empregos sejam gerados nos países de origem, já que o produto é mais barato. É mais barato para quem? É mais barato para uma indústria que importa o algodão para transformá-lo em tecido e que vai colocar esse tecido ao mesmo preço se estivesse consumindo o algodão, a matéria-prima nacional, para os consumidores. Ora, numa calça jeans ou na camisa de algodão do Senador João França, há apenas 4,8% de matéria-prima no custo. O resto são custos industriais, impostos, transporte, intermediação, tudo o que se imagina.

Dizer que vamos importar algodão para beneficiar consumidores, quando o custo da matéria-prima não chega a 5%, para mim, é conversa mole.

O algodão é uma questão que se debate neste País há seis anos, desde os tempos infelizes do Presidente Collor, quando S. Exª também pensava nessa abertura sem critérios. Foi um atropelo a importação do algodão e, hoje, a produção nacional caiu tanto que, ao invés dos grandes exportadores de seis anos atrás, somos grandes importadores.

Observem o que está acontecendo com o trigo. O Governo entrou com um discurso de que o trigo que está entrando no Brasil custa US\$300/tonelada; portanto, devemos plantar, dobrar a área e produzir porque, este ano, o trigo vai ter um preço bom. O Governo garante.

A culpa não é só do Governo, mas, pelo menos, é sua responsabilidade essa falta de controle dos lobbies dos moinhos de trigo. Além dessa responsabilidade, precisa o Governo olhar para os Ministérios onde funcionários do segundo escalão ganham viagens para o exterior, financiados por esse esquema que tem condenado a cultura do trigo em

nossa País. E pensar que nós já produzimos para nossa auto-suficiência!

Em 1988, colhemos 6,5 milhões de toneladas para um consumo de 6,4 milhões. Hoje o consumo está em torno de 8 milhões e, mesmo com todo o discurso de que os preços seriam remuneradores, vamos produzir 2,8 milhões de toneladas, importando o restante. Sabem o que estão fazendo com o trigo nacional? Os moinhos não o compram e acabam por promover a derrubada de preços, que chegou a US\$220 a tonelada. Hoje, este mesmo trigo está sendo comercializado a US\$180, sem sequer ter compradores. Para quê? Para pressionar ainda mais os preços, para que os donos dos moinhos possam comprar mais barato, sem mesmo pensar a médio e longo prazos, acabando por destruir e desestruturar o setor de trigo que, na verdade, há décadas fora estruturado pelas pesquisas da Emprapa e Institutos privados paranaenses, como os da Ocepar e lapar, possuidores de grande estrutura para a venda de máquinas, adubos e agrotóxicos, que geram para a economia milhares e milhares de dólares indiretamente.

Essa posição, esse comportamento imediatista vai colocar-nos nas mãos dos grandes produtores mundiais, que, afim, vão cobrar os preços que quiserem, a partir do momento em que extinguirmos de vez a cultura de trigo, que é decadente em nosso País.

O Governo, aparentemente, está com tapa nos olhos ou uma venda nos olhos, porque o tapa ainda permitiria que ele visse alguma coisa; tapa é aquilo que se coloca no burro para que ele olhe apenas para a frente. Parece que o Governo está impedido de enxergar o que vai acontecendo à sua frente, porque não é possível não ver, neste momento, que vamos perder a soberania com o trigo e, com isso, pagar US\$300 a tonelada. Evidentemente, não serão os donos dos moinhos que serão sacrificados; serão os consumidores do pão, do macarrão, da bolacha, enfim, dos derivados do trigo; eles vão pagar caro por essa inconsequência que se vive neste momento.

O caso do trigo precisa ser visto pelo Governo. Os produtores têm um custo de R\$12 por saca e estão vendendo a R\$10; quem vai plantar trigo, no ano que vem, com todos os riscos da cultura? Desse jeito, ninguém.

Estamos assistindo ao mundo inteiro se mobilizar. Haverá, inclusive, uma conferência de cúpula em Roma em novembro próximo, da qual gostaria de participar, porque será tratado um assunto muito

sério: a questão do abastecimento, da segurança alimentar. Talvez poucos saibam que hoje os estoques de alimentos são tão baixos em todo o mundo que, se ocorresse um grande conflito mundial, daria para abastecer o mundo por apenas 50 dias. Nunca foi tão baixo o estoque de alimentos!

O que isso enseja? Enseja que os países que têm potencial de produção aproveitado façam um planejamento e aproveitem esse potencial. O Brasil, ao invés de caminhar para frente, está crescendo como um rabo de cavalo. A produção, que já foi de 80 milhões de toneladas, baixou para 70 milhões de toneladas.

O Ministro Arlindo Porto, que é um Senador companheiro nosso, grande amigo nosso, diz que vai promover um aumento da produção substancial. Como, Ministro Arlindo Porto? Como, Presidente Fernando Henrique Cardoso? Como essa produção vai crescer? Estamos vendo aqui na **Gazeta Mercantil** – está certo que é de uma semana atrás, mas é uma notícia – que "Tesouro e Banco do Brasil chegam a um acordo sobre crédito rural"

Não sei se é do conhecimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas estavam discutindo qual seria o spread que o Banco do Brasil receberia com o repasse do crédito rural. E o dinheiro parado, sem ser repassado aos agricultores, que estão preparando o solo para a safra de verão. Sem recursos eles não podem comprar o insumo e sem a confiança no Banco do Brasil não podem empenhar compromissos nas cooperativas, que já não podem atender o produtor, porque também estão sem condições financeiras. Então, o caos se prenuncia.

Quando se anunciou R\$5,2 bilhões, eu fui um dos que disse: "Vai aumentar. Está bom, é um passo adiante." Foi um passo atrás, Sr. Presidente, porque não há R\$5,2 bilhões; há 3 bilhões, o resto é dinheiro externo, em dólar. E produtor pode ser humilde, mas não é burro. Produtor não vai se aventurar com aquele seu interlocutor conduzindo a política de câmbio a tomar dinheiro em dólar. Ele quer o dinheiro nacional. Se nós acreditamos na nossa moeda, é com ela que temos que financiar a agricultura, e não com a moeda americana. E para isso os produtores contam com mais dinheiro para o crédito; mas também não adianta ter 3, 5, 10 bilhões se o dinheiro não está sendo liberado.

Conversei sábado com o Senador Lúdio Coelho, que se senta ali. Ele me disse: "Senador, sou cliente do Banco do Brasil desde quando eu era rapazinho; e faz tempo, quase 50 anos" – mais de 50 anos deve fazer. E ele me dizia: "Fui ao Banco do

Brasil já quatro vezes e o gerente me disse que infelizmente não pode atender-me. E eu já apliquei calcário no solo para corrigi-lo".

No entanto, como é que o Ministro da Fazenda vai saber que o calcário tem que ser aplicado três meses antes? O calcário tem que reagir quimicamente para neutralizar a acidez do solo, para que, quando a semente for colocada na terra, esta já esteja em condições de acidez propícias para a semeadura.

Tem que semear antes. E para isso tem que haver o dinheiro para comprar o calcário. E, sem calcário, principalmente nas regiões novas do Centro-Oeste, não se planta. Por isso talvez se explique o fato de que estamos desde 1980 plantando a mesma área no Brasil. Vamos a 38 milhões de hectares, vamos a 42 milhões, voltamos a 38 milhões, e no ano passado semeamos 39 milhões de hectares, retroagindo na área, na produção e até na produtividade porque, sem o crédito, não dá para aplicar o calcário, e sem o calcário não dá para corrigir o solo, e o solo que não é corrigido vai produzir menos.

Então, Sr. Presidente, parece-me que os valores estão invertidos: comemora-se muito com coisas que atingem tão pouco a vida do cidadão brasileiro e não se pensa nos caminhos que poderiam resolver milhares de dramas familiares, principalmente o do trabalhador desempregado. Não deve existir um drama maior do que estar desempregado ou do que ver o filho desempregado. Assiste-se à comemoração, com rojões e champanhe, da possibilidade de se criarem dois mil empregos no Estado, pela instalação de uma fábrica, que talvez se instale, com o dinheiro que talvez o Governo do Estado tenha para pagar. Esse governo já vem empenhando, por sete anos, segundo notícias que tenho, os royalties que deveriam ser aplicados na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, no apoio à agricultura, que teve 360 mil hectares de áreas alagadas sómente no Paraná.

Enfim, Sr. Presidente, deveria o Governo olhar para o caos existente. Por exemplo, importar-seão 13 milhões de toneladas, que vão custar quase US\$5 bilhões ao País. Quanto emprego poderia ser criado se fosse apoiada a produção e não a importação? Quantas divisas esses empregados com trabalho assegurado poderiam gerar para os comerciantes dos pequenos municípios brasileiros, que fecham as suas portas e que colocam Prefeitos em fila em Brasília, para chorar que as finanças públicas estão quebradas? Antes das finanças públicas quebrarem, quebraram os cidadãos brasileiros; antes de

quebrarem os bancos, quebraram os seus depositantes.

Por isso, Sr. Presidente, estou um pouco desanimado. Penso que o crédito que está emperrado, precisa ser colocado à disposição, porque ao produtor e ao consumidor não interessa essa briga interna do Banco do Brasil com o Tesouro; aos consumidores muito menos, pois são eles que vão "pagar o pato" depois. A visão é muito urbana.

Vou voltar a esta tribuna em outra ocasião, Sr. Presidente, para falar com V. Ex^a e com os demais Senadores a respeito de minha proposta sobre o modelo de desenvolvimento que devemos adotar para o meio rural. Pena que tenhamos hoje um plenário vazio, pois este seria o momento para incluirmos a seguinte discussão: quando falamos em reforma agrária, queremos um programa social ou um programa de desenvolvimento? Quero um programa de desenvolvimento, não apenas social. Essa visão do Governo de promover um programa social com a reforma agrária está equivocada.

O Governo não pode ver na reforma agrária uma ação social e sim uma ação de desenvolvimento. Se é verdade que em alguns Estados são poucos os latifúndios improdutivos, é verdade também que em outros há latifúndios improdutivos que deveriam estar sendo aproveitados e que não o são, pois não se coloca dinheiro ali. Fazer reforma agrária com saliva, nenhum país do mundo fez, Sr. Presidente. Também não se vai fazer reforma agrária derramando sangue. Já ouvi alguém dizer que não existe reforma agrária sem o derramamento de sangue. Existe, sim. Conheço experiências que deram certo em muitos países do mundo. Se aqui não deu certo, é porque a visão urbana está atrapalhando.

Quero apresentar um modelo de desenvolvimento rural que compatibilize essa situação, esse dilema, essa discussão que se coloca. Temos que manter o homem no campo produzindo, mas temos, declaradamente inviáveis, de 5,2 milhões de pequenas propriedades, porque estão totalmente fora do crédito, da tecnologia, da assistência técnica, do mercado, 1,7 milhão pequenas propriedades.

Que bela reforma agrária poderíamos fazer iniciando pela viabilização das 5,2 milhões pequenas propriedades, das quais só 600 mil podem ser consideradas pequenas empresas rurais! Que bela reforma agrária faríamos, Sr. Presidente, se definíssemos, de uma vez por todas, que o dinheiro do Banco do Brasil não seria mais utilizado para grandes empreendimentos de pessoas que apenas usam o nome de agricultores para se beneficiarem de so-

mas abusivas e que, depois, até mancham o nome do agricultor, deixando essas dívidas para o Tesouro pagar! E quem paga é toda a população!

Da lista dos maiores devedores do Banco do Brasil, Senhor Presidente Fernando Henrique, 24 perfazem R\$4,5 bilhões. Se o Tesouro colocou R\$8 bilhões dentro do Banco do Brasil, poderia ter colocado R\$3,5 bilhões apenas, poderia ter socorrido o Banco. É que R\$4,5 bilhões, de grandes devedores que não pagam, são dívidas garantidas com bens, com patrimônios, que também são intocáveis, porque se escondem atrás de seu próprio poder de financiarem campanhas eleitorais e se escondem atrás do poder de políticos que, dependentes desses financiamentos, Sr. Presidente, ficam com o chamado "rabo preso", impossibilitados depois de não defenderem as causas desses grandes devedores.

Nós temos carência de dinheiro na agricultura e temos carência de um plano de desenvolvimento. Apresentei proposta, Sr. Presidente – e V. Ex^a é economista -, no sentido de serem colocados imediatamente R\$10 bilhões para irrigar a agricultura; R\$8 bilhões para custeio de safra e R\$2 bilhões para investimentos; para modernizar, mas modernizar sob a visão do agricultor, que quer um melhor equipamento, que quer uma melhor estrutura de produção; não modernizar com a visão sobre a qual V. Ex^a acabou de discursar aqui, em que se abrem as fronteiras e não se protege o produto nacional.

E, de vez em quando, cometem-se besteiros como a que foi cometida pelo Ministério da Agricultura, que baixou portaria proibindo o trânsito de animais vivos do Paraná para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sem nenhuma justificativa técnica, apenas comercial. Mas creio que o Secretário de Santa Catarina foi competente, conseguiu que o preço do suíno em Santa Catarina na mesma semana subisse R\$0,20 o quilo. O preço do suíno no Paraná caiu R\$0,10 o quilo. Pena que nós não temos um secretário competente no Paraná, senão poderíamos estabelecer pelo menos uma igualdade de condições. Mas o Brasil é uma República Federativa e eu acredito no bom senso do Ministro Arlindo Porto.

E quero dirigir-me mais uma vez ao Presidente. Que Sua Excelência observe melhor, pois o modelo de desenvolvimento que está sendo aplicado no campo pode destruir o que temos de mais precioso, de mais caro: o modelo da pequena propriedade. No dia em que isso acontecer, no dia em que o modelo da pequena propriedade em nosso País for destruído, no dia em que se destruir a organização dos produtores, como são as cooperativas que levaram dé-

cadas para se estruturarem; no dia em que terminarmos de matar culturas empregadoras de mão-de-obra, como o algodão, que é plantado em pequena propriedade intensamente – não é só o Sr. Olacyr que planta, não – como o café, que é cultura de pequena propriedade; no dia em que destruirmos essas culturas e as culturas dependentes das commodities agrícolas, que estão subindo não porque existe uma ação interna de governo, mas em função da dinâmica do mercado internacional, estaremos condenados não apenas a aumentar a nossa importação, mas a ver as filas de prefeitos choramingando a miséria dos seus municípios. Essa miséria tem uma causa e está na morte de um número enorme de pequenas propriedades que já estão sendo extermínadas no nosso País.

Ou se define um modelo de desenvolvimento rural para o Brasil, ou vamos chorar, vendo a fila de prefeitos sendo acompanhada como se fosse um enterro, com todos os pequenos produtores que deixaram o campo brigando pela reforma agrária. Aí vamos ficar naquela conversa mole: vamos assentar 60 mil. Assentam-se 30 mil e, no mesmo ano, "desassentam-se" 200 mil pequenos proprietários.

É preciso olhar com mais realismo para a situação em que se encontra o setor produtivo, tanto a agricultura como a agroindústria, Sr. Presidente.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O Senador Valmir Campelo enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB – DF) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, uma sugestão da maior relevância foi apresentada pelo Ministro da Agricultura, Senador Arlindo Porto, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, na semana passada.

Trata-se da proposta de isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na comercialização de produtos agrícolas.

Pelas regras em vigor, as pessoas jurídicas estão obrigadas a pagar uma taxa de 1,4% de IOF na comercialização de produtos agrícolas e as pessoas físicas recolhem 4,3%.

A intenção do Ministério da Agricultura é reduzir o "Custo Brasil", dando maior competitividade à agricultura brasileira.

Não resta dúvida de que a isenção da cobrança de IOF nas operações envolvendo a produção

agrícola resultará numa redução significativa do chamado "Custo Brasil".

Os bancos, de um modo geral, recolhem o IOF em desconto de títulos provenientes de vendas para recebimentos futuros, fazendo incidir à alíquota específica multiplicada pelo vencimento do título. O resultado atinge o valor de face do título e o Imposto sobre Operações Financeiras é recolhido quando da liberação dos recursos.

A proposta de eliminar a cobrança do IOF das operações de desconto em banco na comercialização de produtos agrícolas foi amadurecida depois da mudança no processo de compra de estoque da safra 1996/1997.

No mês passado, o Conselho Monetário Nacional aprovou a extinção dos chamados Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda.

Na prática isso significa que os produtores agrícolas terão que vender no mercado, vez que o Governo deverá comprar apenas o necessário para manter seus estoques reguladores, cerca de 10% da safra.

Prevendo um aumento substancial das operações de desconto em banco, já a partir da safra de trigo deste ano, o Ministro Arlindo Porto propôs ao Presidente Fernando Henrique a edição de um decreto isentando a comercialização de produtos agrícolas de IOF.

Conforme já tive a oportunidade de falar aqui, nesta tribuna, o Ministério da Agricultura está empenhado, também, na viabilização de investimentos da ordem de 6,5 bilhões de reais, destinados à expansão da área plantada, à aquisição de máquinas agrícolas e ao financiamento da safra.

Desse montante, aproximadamente 1 bilhão de reais serão aplicados no PRONAF, Programa de Apoio à Família Rural, que concede, em média, empréstimos de 4 mil reais a cada família fixada no campo, com juros de 9% ao ano, visando consolidar o plantio em pequenas propriedades.

Cerca de 300 milhões de reais destinam-se à compra de máquinas e os 5,2 bilhões restantes estarão disponíveis para o financiamento direto da safra.

O objetivo do Ministério da Agricultura é incentivar a produtividade, até atingir o patamar de 100 milhões de toneladas de grãos, dentro dos próximos três anos, segundo declarações do próprio titular da Pasta.

Nesse período, segundo avaliações dos técnicos, será preciso modernizar a estrutura de armaze-

nagem e distribuição, com investimentos em silos e meios de transportes.

As ações do âmbito do Ministério da Agricultura que acabo de enumerar são de suma importância para o País.

Todos sabemos que as nações que hoje integram o círculo dos países desenvolvidos tiveram que, primeiro, se afirmarem como potências agrícolas.

Por isso mesmo, quero emprestar o meu irrestrito apoio à proposta de isenção de IOF sobre transações financeiras envolvendo produtos agrícolas.

Providências como esta, tenho a certeza, vão determinar o crescimento da produção de alimentos, ampliar a oferta e baixar os custos, possibilitando o acesso de mais e mais brasileiros aos produtos da cesta básica.

O Governo Fernando Henrique Cardoso, que vem colhendo frutos preciosos no controle da inflação e nos esforços de estabilização da moeda, deve agora concentrar-se no sentido de alavancar de vez o desenvolvimento do País. A agricultura, com toda a certeza, é um investimento que vale a pena, pois além de representar divisas econômicas, representa também a eliminação de um dos grandes problemas nacionais: o fantasma da fome.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h06min.)

ATA DA 144ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1996

(Publicada no DSF, de 12 de setembro de 1996)

RETIFICAÇÕES

Na página 15809, segunda coluna, na apreciação do Requerimento nº 917, de 1996:

Onde se lê:

"A Emenda nº 105 será apreciada em globo, no grupo de emendas de parecer contrário; a Emenda nº 11 continua destacada em decorrência do Requerimento nº 800/96, do Senador Romero Jucá, de destaque, também aprovado anteriormente.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário, ressalvadas as de nºs 8, 11, 20, 29, 38, 39, 49, 62, 63, 64, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 132, 145, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 189, destacadas."

Lela-se:

"A Emenda nº 145 será apreciada em globo, no grupo de emendas de parecer contrário.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário, ressalvadas as de nºs 8, 11, 20, 29, 38, 39, 49, 62, 63, 64, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 105, 132, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 189, destacadas."

No final da página 15820, exclua-se, por publicação indevida, a seguinte emenda da redação de emendas de parecer contrário, apreciadas em globo e rejeitadas:

EMENDA Nº 105

Dê-se ao § 3º do art. 111 do substitutivo a seguinte redação:

Art. 111.

§ 3º Os veículos de transporte coletivo de passageiros, obedecidas as exigências estabelecidas pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração de serviço, poderão conter, na parte traslera, envidraçada ou não, e nas laterais, painéis publicitários, desde que não contenham conotação política e que contribua para a redução tarifária.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.120, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.998/95-6, resolve alterar o Ato nº 147, de 1985, que aposentou PEDRO MARTINS DE SOUZA, Analista Legislativo – Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, na forma prevista no artigo 40, inciso III, alínea a da Constituição Federal, para substituir a vantagem prevista no artigo 430, inciso III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal pelas estabelecidas na Resolução nº 74/94, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480/96, de 30-8-96, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 23 de setembro de 1996. – Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.121, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Ofício nº 497/96-SSBIB, de interesse da Subsecretaria de Biblioteca, resolve designar a servidora MARCELA CALDAS VILLAS BOAS CARVALHO, matrícula 4603, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Biblioteconomia, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Processos Técnicos, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Biblioteca, nos eventuais impedimentos e afastamentos da titular.

Senado Federal, 23 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.122, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13044/96-6, resolve dispensar o servidor GILSON CINTRA, matrícula 3974, ocupante do cargo efetivo de Técnico

Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Romero Jucá, com efeitos financeiros a partir de 2 de setembro de 1996.

Senado Federal, 23 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR GERAL Nº 1.123, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.469/96-3, resolve aposentar, por invalidez, ZULMIRO JOSÉ MACHADO, Técnico Legislativo, Área 7 – Especialidade Segurança, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, Inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, Inciso I, § 1º, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, e na Resolução (SF) nº 76, de 1995, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, Inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 23 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

MESA

Presidente
José Samay - PMDB - AP

1º Vice-Presidente
Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário
Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário
Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário
Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário
Ermaldes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE
Eduardo Suplicy - PT - SP
Ney Suassuna - PMDB - PB
Emilia Fernandes - PTB - RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores - Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS
2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE
3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC
Waldeck Omellas - PFL - BA
Emilia Fernandes - PTB - RS
José Ignácio Ferreira - PSDB - ES
Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda - PSDB - DF
Wilson Kleinübing - PFL - SC
Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gláviam Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napolitano

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Ephácio Cafeteira

Vice-Líder
Esperidião Antônio

LIDERANÇA DO PT

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marles

Vice-Líder
Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Luckílio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

1. Artindo Porto

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)**

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510),
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPENO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
 PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
PFL	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-VAGO

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	G0-2031/37
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEbet	MS-2221/27
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
	1-VAGO
	2-PEDRO SIMON
	3-GILVAN BORGES
	4-CARLOS BEZERRA
	5-GILBERTO MIRANDA
	6-HENRIQUE LOYOLA
	7-VAGO
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
	1-ELCIO ALVARES
	2-CARLOS PATROCÍNIO
	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
	4-HUGO NAPOLEÃO
	5-JOSÉ AGRIPINO
	6-FREITAS NETO
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
	1-BENI VERAS
	2-ARTUR DA TÁVOLA
	3-PEDRO PIVA
	4-VAGO
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-SANDRA GUIDI
	SC-4206/07
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
	1-BENEDITA DA SILVA
	RJ-2171/77
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27
	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA
	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	1-JÚNIA MARISE
	MG-4751/62
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
	1-ADEMIR ANDRADE
	PA-2101/02
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
ROMEU TUMA +1	SP-2051/67
	1-VAGO

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA Indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/58
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
RAMEZ TEbet	MS-2222/23 1-GILVAN BORGES AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05 2-ROBERTO REQUIÃO PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94 3-VAGO
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74 1-JOÃO ROCHA TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69 2-FRANCELINO PEREIRA MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07 1-LUCÍDIO PORTELLA PI-3055/56
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16 1-LAURO CAMPOS DF-2341/42
PTB	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60 1-VALMIR CAMPELO DF-12/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
PEDRO PIVA	SP-2351/2353
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
SE-2201/04	
ANTONIO C. VALADARES	

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaca	Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner	Roberto Requizo
	PFL
Vilson Klein Ubing	Joel da Hollanda
Romero Jucá	Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Genaldo Melo
	PPB
Edenílio Araújo	
	PTB
Emilia Fernandes	

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Bloco Parlamentar	Suplentes
Blocos Parlamentar PFL/PTB	
PMDB	Antônio Uedson José Carlos Vieira
PSDB	Elias Abrahão Rivaldo Macari
PPB	Yeda Crusius
PP	João Pizzolatti
PT	Augustinbo Freitas Luiz Meinardi

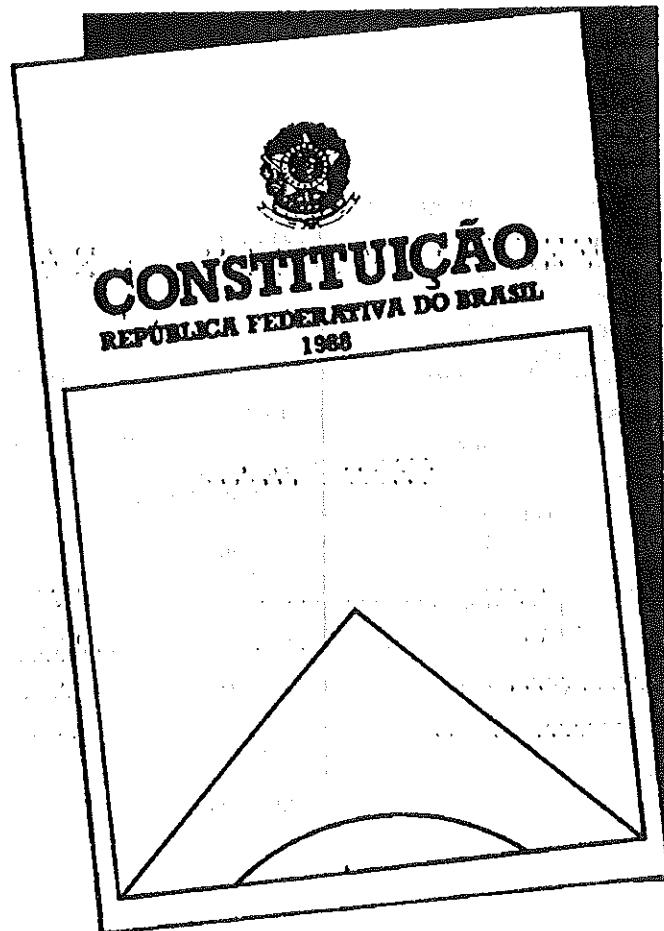
¹ Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

² Filiado ao PSDB em 22-6-95.

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96.

**Subsecretaria de Edições Técnicas,
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

**Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.^º andar — 70165-900 — Brasília — DF**

**Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589
Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357**

**Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porto	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento
pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil
– Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de
Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS